



Sarney: "Não há motivo para temer qualquer catástrofe".

21 FEV 1987

Sarney anuncia moratória e promete conter gastos

O Tesouro só vai gastar o que arrecadar. E os subsídios serão revistos.

Uma decisão política e não técnica. Essa é a interpretação a dar à decisão anunciada ontem oficialmente pelo presidente Sarney de suspender o pagamento dos juros da dívida externa brasileira por tempo indeterminado. Com isso, o governo acabou adotando a posição defendida pelo PMDB, de moratória clássica. Ao divulgar que o atual nível de reservas é de US\$ 3,9 bilhões, transformou uma moratória técnica — absoluta impossibilidade de continuar pagando a dívida por falta de caixa, numa moratória política. Isso significa que o País poderia ainda continuar pagando os juros por mais algum tempo mas decidiu suspender esse pagamento, para não quebrar e para endurecer deliberadamente as negociações da dívida externa.

Além da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, o presidente anunciou a adoção de um plano de contenção e de estabilização da economia nacional, cujo principal ponto é o controle dos gastos públicos. Não obstante, Sarney disse no seu pronunciamento de ontem à noite em cadeia nacional de rádio e televisão que a decisão do governo de suspender o pagamento dos juros da dívida externa não significa a busca de um confronto com o mercado financeiro internacional. O que o Brasil quer, segundo o presidente da República, são condições exequíveis de pagamento da dívida externa e preservar as suas reser-

vas externas, hoje em torno de US\$ 3,962 bilhões, além do crescimento econômico.

"Conta paga com a miséria é conta paga com a democracia", ressaltou Sarney, ao reconhecer que a decisão brasileira traz um risco. Entretanto, considera que os obstáculos não são insuperáveis e o Brasil precisa se preparar para entrar no século XXI, daí haver tomado esta decisão.

E o futuro? — indagou o presidente, respondendo em seguida que o primeiro passo na construção deste futuro é exatamente a suspensão do pagamento dos juros. Segundo passo, destacou, é a adoção de um plano de contenção e de estabilização da economia nacional. Este plano foi resumido pelo presidente em três pontos fundamentais: 1) Durante seis meses o Brasil só vai gastar o que arrecadar referindo-se ao governo federal; 2) As empresas estatais só aplicarão suas receitas próprias e recursos outros quando identificados; e 3) Será feita uma revisão global dos subsídios pagos pelo governo a todos os setores. O novo perfil destes gastos será transformado em projeto de lei e submetido ao Congresso Nacional.

Sarney disse ainda em seu pronunciamento que a situação de hoje do setor externo é muito diferente da de setembro de 1982, caracterizada pelo registro de reservas negativas e de absoluta iliquidez em moeda forte.

Naquela época, segundo o presidente, o País ficou sem condições de negociar em uma boa situação. E, dito isso, passou a responder à pergunta que, segundo ele, está na cabeça de todos os brasileiros: por que as reservas internacionais do País baixaram tanto? E respondeu que, ao assumir o governo em março de 1985, o nível de reservas do País era de US\$ 7,8 bilhões, enquanto isso, em 1985/86 não entrou um dólar líquido sequer. Pelo contrário, houve saída líquida de US\$ 1,4 bilhão. Disse ainda Sarney que nos últimos cinco anos o Brasil pagou ao Exterior US\$ 55 bilhões, esgotando ainda em 1986 uma queda nas exportações da ordem de US\$ 3 bilhões, provocada em grande parte pelo desempenho do consumo no mercado interno.

O presidente pregou ainda, no seu pronunciamento, a união de todos os brasileiros, destacando que não se pode esconder a necessidade de uma gestão patriótica da crise.

Pela manhã, ao anunciar no programa "Conversa ao Pé do Rádio" a adoção de medidas no setor da dívida externa, Sarney pediu o apoio dos brasileiros e disse estar lutando, "com todas as minhas forças" para cumprir com o seu dever. "Confie, confie no presidente e confie no Brasil", conclamou. Sarney não fez, no programa de rádio, nenhuma referência à suspensão dos juros da dívida.

A ÍNTEGRA DO DISCURSO

Brasileiras e brasileiros, boa noite. É com uma grande emoção que eu falo à Nação para dizer que depois de ouvir o Conselho de Segurança Nacional, que é composto por todos os ministros de Estado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, os presidentes da Câmara e do Senado, os chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, que depois de ouvir o Conselho de Segurança por mim convocado, tomei uma decisão de grave importância para a história do Brasil contemporâneo. Quero anunciar que o País suspende o pagamento dos juros de sua dívida externa. Devo confessar que não é fácil tomar uma decisão dessa magnitude. Ela é, sobretudo, uma atitude de coragem, uma atitude de quem tem fé no nosso Brasil.

Vamos negociar uma fórmula de amortizar os nossos compromissos dentro de parâmetros que não comprometam o desenvolvimento nacional. Uma fórmula que evite a instabilidade política que fatalmente viria seguida de recessão, de desemprego, de crise social.

Mas podemos dizer que esta não é uma atitude de confronto. O Brasil é a oitava economia do mundo ocidental. Não deseja ser uma economia apática, fora da comunidade internacional. Deseja, sim, uma negociação justa.

Queremos uma economia de livre-mercado, competitiva, dinâmica, moderna e com direito de crescer.

Fizemos um grande esforço para ativar o nosso comércio exterior. Mas não podíamos fazê-lo à custa de uma política recessiva, cujo único objetivo seria o de gerar saldos comerciais, esquecendo os inadiáveis interesses do País.

O Brasil não deseja enganar ninguém, mas quer ter melhores condições exequíveis de pagamento.

No momento da negociação, na mesa da negociação, nós diremos as condições que não comprometam os objetivos do crescimento nacional.

Por motivo de soberania e segurança nacional, nossas reservas têm que ser preservadas.

Desde o princípio do governo eu estabeleci que esse seria o nosso procedimento e marquei o limite. Agora chegou o momento da decisão.

Quero deixar claro que fizemos uma opção consciente longamente amadurecida, uma decisão pensada, uma decisão sem atropelo.

O Brasil tem hoje reservas suficientes para atender às importações por vários meses. Nossas reservas líquidas e disponíveis, posso assegurar à Nação, que são de 3 bilhões, 962 milhões de dólares. Os países não costumam revelar as suas reservas, mas eu o faço, transparentemente nesta noite, justamente para evitar interpretações equivocadas daqueles que não acreditam em nosso País.

A situação é totalmente diferente de 1982. Aí sim: naquela época houve um constrangimento de fato. Por quê? Porque o Brasil não dispunha de recursos para honrar os seus compromissos, não dispondo de divisas nem sequer para financiar importações essenciais. Nós ficamos à mercê dos credores que nos impuseram suas condições e não tivemos condições de resistir. O Brasil teve que recorrer ao Fundo Monetário nas circunstâncias bem conhecidas.

Hoje isso não ocorre. Temos recursos suficientes, e com as medidas tomadas agora, preservando nossas divisas, fortalecemos a nossa posição para negociar.

O que nós não queremos mais são paliativos e soluções provisórias. As medidas atuais

devemos à determinação do governo de criar condições adequadas para que a questão da dívida possa ter um encaminhamento definitivo, uma solução duradoura que resulte em um entendimento amplo e justo que crie estabilidade.

O papa João Paulo II foi muito claro ao falar recentemente desta questão, e ele diz que a questão do endividamento externo é também um problema ético, isto é, um problema moral. O endividamento não pode prejudicar as necessidades básicas da vida de um povo.

Negociaremos a partir de uma posição de autonomia e com uma noção clara dos objetivos a longo prazo.

Agora quero responder a uma pergunta que deve estar na mente de todas as brasileiras e brasileiros: Por que as nossas reservas baixaram?

Quando eu assumi o governo, em março de 1985, elas eram de 7 bilhões e 800 milhões de dólares.

No ano de 84, o ano anterior à minha assunção à Presidência da República, ingressaram no Brasil 9 bilhões de dólares de dinheiro novo.

Pois bem, em 85 e 86, os dois anos do meu governo, nenhum dólar líquido. Nesses dois anos, pelo contrário, nós tivemos uma saída líquida de 1 bilhão e 400 milhões de dólares.

Nossas exportações caíram mais de 10% em 86. Cerca de 3 bilhões e 300 milhões de dólares a menos. Por quê? Porque o mercado interno cresceu.

Importamos alimentos e outros bens necessários ao abastecimento, mas por outro lado, os preços dos produtos principais e dos manufaturados caíram no mercado externo, numa tendência que vem de muito tempo.

Agora, outro dado ao povo brasileiro: Nos últimos cinco anos o Brasil pagou 55 bilhões e 800 milhões de dólares somente em juros.

Repito: nós não podemos pagar a dívida com a fome do povo.

Nas Nações Unidas eu já advertia, há dois anos no discurso que ali proferi.

"Esmagados sob o peso da dívida externa, vivem os países da América Latina um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, privação, aumento da miséria e da violência."

Mas afirmo: A dívida não nos leva à dívida. Temos certeza de que essa conta com estes altos custos sociais e econômicos, a ser mantida a situação atual, é paga pela liberdade, porque um débito pago com a miséria certamente é uma conta que se paga com a democracia.

Meditei, avaliei conseqüências, porque medidas desta natureza implicam naturalmente em riscos.

Mas eu não encontro nada, absolutamente nada que estruturalmente mostre que o Brasil tenha um obstáculo insuperável à sua frente. Não temos motivo para temer qualquer catástrofe.

Agora, temos que ter a noção do tempo. O Brasil tem que se preparar para o século XXI. E para isso é necessário um programa coerente e firme que caminha.

Tivemos no nosso Plano Cruzado a valorização da produção e do trabalho e o fim da especulação. As coisas nem sempre se processam como a gente deseja. Mas temos que continuar procurando esses objetivos com obstinação.

Vamos chegar a 28 de fevereiro. Não temos agora aquela inflação baixa que todos nós esperávamos. Eu, junto com todo o povo

brasileiro, como cidadão e mais ainda como presidente da República, que colocou todas as suas energias no sucesso de um programa tão bem delineado que está vivo e vai continuar. Fecharemos esses 12 meses com uma inflação em torno de 60%; mas não teremos os 252% de 85 nem os mais de 500% projetados para 86.

Agora eu sei que todos têm uma outra pergunta para o presidente.

E o futuro? O primeiro passo é a providência que estou anunciando: a suspensão do pagamento dos juros da dívida, a fim de negociarmos fórmulas que não comprometam o nosso crescimento econômico.

Em seguida, teremos que pôr em prática um severo plano de contenção. Executar um programa consistente de estabilização da economia, consolidando a manutenção do crescimento e do emprego essenciais.

Fala-se sempre que o governo não contribui com a sua parte. Pois bem. De início, nesta noite, eu afirmo três pontos como início da contribuição do governo:

1- Durante seis meses, o Tesouro só gastará o que arrecadar.

2- As empresas estatais somente farão investimentos com recursos gerados por suas próprias receitas ou recursos já identificados efetivamente disponíveis.

3- Vamos proceder a uma revisão global dos subsídios. Para isso, submeterei ao Congresso imediatamente um projeto de lei que regulará as condições de sua aplicação, principalmente as correspondentes fontes de receita.

O governo oferece a sua parte.

Agora devo dizer que para o Brasil não sofrer com o seu povo, o que ele não pode suportar, é preciso:

1- A união de todos os brasileiros em torno de uma luta para que vençamos juntos.

Esta hora é hora de patriotismo responsável. Nada de traição ao País sob o pretexto de criticar o governo que apenas herdou essa dívida do passado e que vai pagá-la sem hipotecar as gerações do futuro.

O Brasil tomou sua decisão e acredita que tenha apoio unânime de seu povo, que há muito tempo desejava um passo mais firme no terreno da solução da dívida externa. Precisamos sentar à mesa da negociação no exterior, com autoridade de um país soberano e de um governo apoiado pelo seu povo.

2- Entendimento nacional.

Para derrotar a inflação, afastar a recessão, manter o nível de emprego para restabelecer a confiança para os investimentos voltarem e para manter o nível do poder de compra real do nosso trabalhador.

Enfim, para acabar com o ciclo de mão-de-obra barata, que é aviltante.

Para alcançar estas metas tão ambiciosas é necessário tempo.

Esta medida hoje tomada, inserida dentro do contexto da nossa política econômica, tem por objetivo também, e principal, melhorar a vida de nosso povo.

Eu convoco os políticos, os trabalhadores, os empresários, o capital e o trabalho, forças vivas da Nação, profissionais liberais, estudantes, igrejas, o povo todo, brasileiras e brasileiros, para ajudar o Brasil nesta hora. Hora grave, mas que será superada pelo nosso trabalho, pela nossa dignidade e pela nossa união.

Unidos! Esta é a palavra de ordem, porque o futuro é nosso. De minha parte, eu peço-lhes: tenham confiança. Muito obrigado e que Deus os abençoe. Boa noite."